

Considerando que a Camara Municipal, recorrendo ao poder judiciario para obter um mandado de manutenção e por meio d'elle conservar a administração dos terrenos afim de impedir qualquer attentado por parte do Governo, segundo declarou na petição dirigida ao Juiz Municipal, deveu de cumprir o provimento de recurso dado por esta Presidencia, assim como officaria de cumprir as decisões do Ministerio da Fazenda;

Considerando que o poder judiciario, concedendo e processando o mandado de manutenção, auxilia a Camara Municipal, que nem mesmo pode invocar direitos da cidade sobre os terrenos por que não estão no uso publico, mas tem distincto contrario a Lei, a subtrahir-se a jurisdicção das autoridades superiores, a quem está subordinada no exercicio dos direitos de administração, policia e conservação? He cabe em relação aos bens destinados para logradouros publicos;

Considerando finalmente que o poder judiciario, sem ter pelas Leis a attribuição de avocar a si questões decididas pela administração, contraria, concedendo e processando o mandado de manutenção, decisões administrativas proferidas em processo organizado sobre as mesmas bases